

Docentes identificam a origem da crise política e projetam suas conseqüências

Das oligarquias ao 'mensalão'

Jornal da Unicamp - Apesar da crise institucional instalada, o governo e as instâncias reguladoras da economia do Terceiro Mundo seguem afirmando que a economia brasileira vai bem. Até que ponto essas duas variáveis (a política e a econômica) podem se desenrolar em separado? A sociedade brasileira amadureceu a ponto de separá-las?

Márcio Percival Alves Pinto – É claro que existe uma relação entre a sociedade e a economia. A nossa tradição analítica está apoiada na escola da economia política, na qual o papel da história e dos agentes sociais são fundamentais na explicação do econômico. No entanto é importante fazer as mediações entre as diferentes categorias, pois ambas têm lógica e dinâmicas diferentes. É verdade que a sociedade amadureceu mas isto não tem nada a ver com separar estas duas instâncias. Ao observar os acontecimentos políticos atuais, vemos de certa maneira que sua influência sobre a economia é relativa. Eu diria até que, dada a vulnerabilidade externa da economia, se algum problema ocorrer, ele virá pelo lado externo. De certa maneira, o governo, as elites internas e a mídia blindaram de uma tal forma a política econômica que será muito difícil contaminar a economia.

Este regime de política macroeconômica de baixo crescimento que foi adotado tem sido eficiente com relação aos seus objetivos, apesar de provocar graves problemas sociais. Desde meados dos anos 90, a política econômica continuou apesar das mudanças de governos. Isto aconteceu não só no Brasil, mas de forma sistemática em vários países latino-americanos. Neste sentido é mais difícil que os desajustes na área política contemnam diretamente a economia. A mídia é clara: pode demitir todos os ministros, menos Palocci.

Acho que o que está acontecendo na área política não vai afetar a taxa de crescimento da economia brasileira. A economia não vai deixar de crescer por conta destas injunções políticas. Ela já está deixando de crescer por conta deste modelo que prioriza o "ajuste fiscal" e o combate à inflação. O crescimento tornou-se uma variável de ajuste – papel secundário. Este fato é muito importante e poucos perceberam o que está ocorrendo.

Na verdade estas prioridades deste regime macroeconômico de baixo

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

A crise política que provocou a instalação da CPI Mista dos Correios e a queda do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ambas ocorridas na semana passada, é analisada nesta e nas próximas duas páginas por três professores da Unicamp – o filósofo Roberto Romano e os economistas Márcio Percival Alves Pinto e Márcio Pochmann.

O exercício analítico dos entrevistados transcende o factual, como convém quando está em questão o campo minado – e volátil – da cena política brasileira. Os três docentes localizam no passado e nas distorções de natureza institucional a origem de boa parte dos problemas enfrentados pelo país.

“Desde o século 19 os municípios brasileiros vivem longe do poder central e muito perto da bancarrota”, afirma Romano, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Ou seja, a superconcentração do poder nacional foi herdada e mantida pela República, a partir do Império, mantendo-se até hoje.

“Se olharmos a Independência, a Abolição da Escravatura e a própria transição da ditadura militar para a democracia, constatamos que praticamente não houve rupturas”, lembra Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Unicamp.

Para Márcio Percival Alves Pinto, diretor do Instituto de Economia, “a adoção do regime de política macroeconômica de baixo crescimento tem sido eficiente com relação aos seus objetivos, apesar de provocar graves problemas sociais e de perpetuar uma política econômica perversa que, em que pesem as mudanças de governos, é a mesma desde meados dos anos 90”.

O olhar sobre o passado, porém, está longe de ser um endosso ao governo Lula, que foi eleito ancorado em promessas de mudança. Entre aquelas não-cumpridas e exemplos de inércia relacionados pelos analistas, destacam-se: política econômica equivocada, falta de projetos na área social, o esfacelamento da base política e as alianças suspeitas – e conseqüentemente as sucessivas trombadas com o chamado “patrimônio ético” do Partido dos Trabalhadores. Para eles, o estrago na imagem de Lula e do PT é fato consumado. E o que resta? Pouco tempo para torná-lo reversível.

Colaboraram: Clayton Levy e Eustáquio Gomes

crescimento estão ligadas tanto às necessidades de manutenção e reprodução da riqueza financeira como à necessidade de honrar o pagamento das dívidas internas e externas. Este é o sentido da busca exacerbada pela credibilidade e pela afirmação que todos os contratos serão pa-

gos. A desaceleração do crescimento é fruto do próprio modelo e não de possíveis injunções políticas atuais.

O que sobra como variável de ajuste? O crescimento, o emprego, o investimento, o aumento da renda. Portanto, nesse regime que hoje está colocado, crescer ou não crescer não

é uma variável determinante – ela passa a ser resultado de outras coisas.

Depois de tudo o que aconteceu, por exemplo, o dólar continua em nível baixo, e a bolsa está subindo... Se ela variar, será por conta de uma lógica especulativa.

Márcio Pochmann – O fato concreto é que a política econômica vem sendo orientada numa perspectiva de não priorizar a elevação do bem-estar da população como um todo. Estamos verificando, na verdade, um tensionamento do regime democrático há mais tempo. Muitos procuram identificar, no mandato do governo Lula, as razões de que está ocorrendo hoje. Mas nós temos as raízes de ordem estrutural. Em primeiro lugar, pelo fato de nós termos feito uma transição democrática que representou a conciliação das elites, que impediram, em 1984, a plena redemocratização por meio da eleição direta. Isto, inegavelmente, naquele momento de grande mobilização social, viria acompanhado de um aprofundamento da democracia por intermédio de uma reforma política abrangente. Entretanto, nós tivemos uma transição democrática que, no fundo, não abriu essas perspectivas; a reforma política não ocorreu.

A tradição brasileira inclusive tem sido justamente, nos momentos agudos e de grandes dificuldades, de as coisas serem resolvidas por cima, entre a elite. Se olharmos o que foram a Independência, a Abolição da Escravatura e a própria transição da ditadura militar para a democracia, constatamos que praticamente não houve rupturas. Atualmente, vivemos o período mais longo de democracia continuada no país, apesar de serem apenas 20 anos (1985/2005) num país que não tem cultura democrática.

A política faz a coordenação – e também o apoio – da política econômica. Com o possível esfacelamento da base política do governo no Legislativo, deve ser contaminada a condução da política econômica, o que poderá produzir, por conseqüência, maior ortodoxia por parte da equipe econômica. Não identifiquei, assim, uma separação nítida entre política e economia. Quem tem feito essa separação tem sido justamente aqueles que defendem a política econômica atual. Eles dizem que “uma coisa é a crise política e outra coisa é a política econômica, que está tudo indo muito bem,

o ministro é excelente etc”. Entendo esse tipo de argumento insuficiente, porque de uma certa maneira a base política no poder legislativo também é importante já que, como ocorre agora, deputados estão sendo questionados sobre recebimento de mesada. No meu modo de ver há um imbricamento das duas situações de forma insustentável, inclusive no médio e no longo prazo.

Roberto Romano – Tratando-se de ordem institucional, cedo ou tarde a economia recebe os impactos das urgências políticas. Nenhuma sociedade “amadurece” ao ponto de separar o político e o econômico. Se fraturas ocorrem num ou noutro desses aspectos que integram a mesma vida social, oscila o sistema no seu todo, evidenciam-se descontinuidades etc. País instável politicamente e onde as regras jurídicas, fiscais, etc. deixam de ostentar ampla legitimidade, dificilmente será próspero em longo termo. Se a crise política torna-se aguda, os capitais especulativos temem e buscam outros países (a famosa “volatilidade”) e os capitais dirigidos à integração mais profunda na economia não se apresentam, porque seus controladores percebem que os investimentos corretores riscos devidos à insegurança das regras e sobre quem asseguraria a aplicação das mesmas regras.

Países avançados em termos econômicos e políticos, como os EUA e os que integram a oscilante União Européia, mostram que os fatos de uma ordem repercutem na outra, e vice-versa. As sucessivas administrações norte-americanas vivem o desafio perene de harmonizar o desenvolvimento econômico – sobretudo no relativo aos resultantes emprego ou desemprego – e as agendas políticas. Elementos econômicos ajudam a entrar agendas políticas. O resultado negativo do referendo francês e holandês, para a aprovação da Carta Européia, mostra a interdependência dos segmentos políticos e econômicos. No Brasil não é diferente e, na verdade, é pior: dado que a corrupção manifesta um desequilíbrio na estrutura federativa e nas relações permanentes entre os poderes, a política econômica será relembrada das crises políticas que, muito rápido, seguem a via do colapso da autoridade pública.

Continua nas páginas 6 e 7

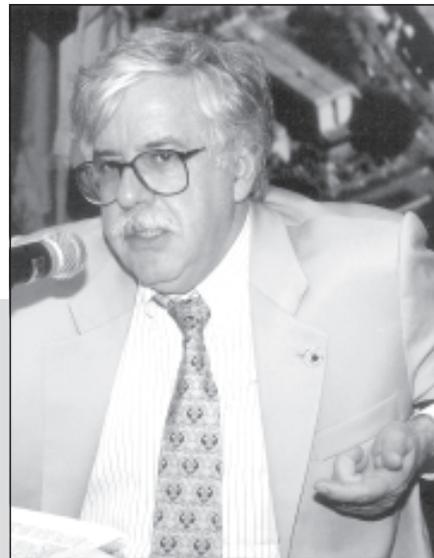
Fotos: Antoninho Perril/Naldo Cantanti



Márcio Percival Alves Pinto: “O que poderia salvar o governo é sua própria capacidade de dar respostas e sair do ‘corner’ político”



Márcio Pochmann: “Entramos num padrão de financiamento que está hoje muito vinculado à dinâmica econômica, à dinâmica do mercado”



Roberto Romano: “O risco é não termos ninguém para garantir a sucessão. Somos muito pobres em estadistas, ricos em vivandeiros políticos”